

---

# **ANEXO V**

---

## **POLÍTICA TARIFÁRIA E MECANISMO DE PAGAMENTO**

---

Concorrência Pública

Concorrência SETOP \_26\_/2014

---

## **1. Aspectos Gerais**

1.1. O presente anexo dispõe sobre as possibilidades e condições de remuneração da CONCESSIONÁRIA, abrangendo as TARIFAS que poderão ser cobradas pela CONCESSIONÁRIA, os adicionais incidentes (ATAERO e Adicional do Tesouro), o mecanismo de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, e as RECEITAS COMERCIAIS.

1.2. A remuneração da CONCESSIONÁRIA será composta por três diferentes parcelas de receitas:

- A. Do recolhimento das RECEITAS TARIFÁRIAS pagas pelos usuários;
- B. Da obtenção de RECEITAS COMERCIAIS, de livre arrecadação pela CONCESSIONÁRIA;
- C. Da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, paga pelo PODER CONCEDENTE.

1.3. O PODER CONCEDENTE aplicará integralmente os recursos derivados do compartilhamento das receitas no desenvolvimento e fomento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica, incluindo outros aeródromos do Plano Aeroviário Estadual ou infraestrutura de acesso viário a aeródromos, nos termos do Art. 13 do Decreto 7.624/2011.

## **2. RECEITAS TARIFÁRIAS**

### **2.1. Aspectos Gerais**

2.1.1. Para fins de cobrança tarifária pelo uso dos serviços prestados e pela infraestrutura aeroportuária, serão consideradas as regulamentações vigentes da ANAC, do Comando da Aeronáutica, ou quem vier lhes substituir em suas atribuições, em especial as Portarias nº 631/DGAC de 28 de abril de 2003; Portaria ANAC nº 700/SER de 16 de abril de 2012; Portaria ANAC nº 52/SRE, de 9 de janeiro de 2012, Resolução ANAC nº180, de 25 de janeiro de 2011, Resolução ANAC nº 216, de 30 de janeiro de 2012.

### **2.2. Tarifas Aeroportuárias**

- 2.2.1. As RECEITAS TARIFÁRIAS são aquelas constituídas pelas TARIFAS arrecadadas pela CONCESSIONÁRIA.
- 2.2.2. As TARIFAS a serem arrecadadas deverão limitar-se àquelas definidas conforme a Lei Federal nº 6.009 de 26 de dezembro de 1973, apresentadas a seguir.
- 2.2.2.1. **Tarifa de embarque** - devida pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da Estação de Passageiros; incide sobre o passageiro do transporte aéreo;
- 2.2.2.2. **Tarifa de pouso** - devida pela utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave até três horas após o pouso; incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave;
- 2.2.2.3. **Tarifa de Permanência** - devida pelo estacionamento da aeronave, além das três primeiras horas após o pouso; incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave;
- 2.2.2.4. **Tarifa de Armazenagem** - devida pelo armazenamento, guarda e controle das mercadorias nos Armazéns de Carga Aérea dos Aeroportos; incide sobre consignatário ou transportador, no caso de carga aérea em trânsito.
- 2.2.2.5. **Tarifa de Capatazia** - devida pela movimentação e manuseio das mercadorias a que se refere o item anterior; incide sobre o consignatário, ou o transportador no caso de carga aérea em trânsito.
- 2.2.2.6. **Tarifa de Conexão** - devida pela alocação de passageiro em conexão em Estação de Passageiros durante a execução do contrato de transporte; incide sobre o proprietário ou explorador da aeronave.
- 2.2.2.7. **Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota** - devida pela utilização do conjunto de instalações e serviços relacionados ao controle dos voos em rota, de acordo com as normas específicas do Comando da Aeronáutica;

2.2.2.8. **Tarifa de Uso das Comunicações e e dos Auxílios-Rádio à Navegação Aérea em Área de Controle de Aproximação** - devida pela utilização do conjunto de instalações e serviços relacionados ao controle de aproximação, de acordo com as normas específicas do Comando da Aeronáutica;

2.2.2.9. **Tarifa de Uso das Comunicações e dos Auxílio-Rádio à Navegação Aérea em área de Controle de Aeródromo** - devida pela utilização do conjunto de instalações e serviços relacionados ao controle de aeródromo ou aos serviços de informações de voo de aeródromo, de acordo com as normas específicas do Comando da Aeronáutica.

2.2.3. As TARIFAS poderão ser domésticas ou internacionais e serão classificadas de acordo com o grupo de aeronaves que realiza o serviço de transporte aéreo.

2.2.4. Os valores dos TETOS TARIFÁRIOS BASE a serem cobrados, considerando-se o Aeroporto Regional da Zona da Mata como de 2ª categoria, atual categorização do aeroporto, conforme Portaria ANAC nº700/SER de 16 de Abril de 2012, são aqueles regulamentados pela ANAC.

2.2.5. Os valores dos TETOS TARIFÁRIOS serão atualizados conforme as alterações de categoria do aeroporto, reconhecida pela ANAC, para fins de definição tarifária e/ou sempre que forem reajustados pela ANAC.

### **2.3. Concessão de Descontos ou Majoração das TARIFAS**

2.3.1. A CONCESSIONÁRIA terá liberdade para definir o valor de suas TARIFAS, dentro dos limites da legislação, desde que anuída pelo PODER CONCEDENTE e dentro das normas da Resolução ANAC nº 180, de 25 de janeiro de 2011.

2.3.2. Para majoração ou desconto da TARIFA vigente, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar anuência do PODER CONCEDENTE para que os impactos das diferenças entre o TETO TARIFÁRIO e os valores propostos sejam incorporados no mecanismo de compartilhamento de RECEITAS TARIFÁRIAS, conforme item 2.5;

- 2.3.3. Quando solicitada anuência para alteração da TARIFA de que trata o item 2.3.2, o PODER CONCEDENTE se pronunciará em 10 (dez) dias úteis. Decorrido o prazo sem que haja a manifestação pelo PODER CONCEDENTE, considerar-se-á aceita a solicitação de alteração da TARIFA.
- 2.3.4. O prazo de que trata o item 2.3.3 será renovado no limite de mais 10 (dez) dias úteis, caso sejam solicitados esclarecimentos junto à CONCESSIONÁRIA. Decorrido o prazo limite, após a entrega dos esclarecimentos pela CONCESSIONÁRIA, a decisão do PODER CONCEDENTE será definitiva, seja por manifestação ou omissão.
- 2.3.5. A solicitação de alteração tarifária de que trata o item 2.3.2 deverá ter prazo de vigência definido, especificação das TARIFAS e grupos tarifários para os quais é solicitada a anuência, ser acompanhada de justificativa e estimativa de impactos no mecanismo de compartilhamento de receitas entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.
- 2.3.6. As estimativas de impacto apresentadas pela CONCESSIONÁRIA vincularão o compartilhamento de RECEITAS TARIFÁRIAS, enquanto durar o regime tarifário diferenciado.
- 2.3.7. A CONCESSIONÁRIA poderá, independente de comunicação ao PODER CONCEDENTE, reestabelecer os TETOS TARIFÁRIOS antes do término do período anuído.
- 2.3.8. A anuência do PODER CONCEDENTE não exime a CONCESSIONÁRIA do cumprimento das disposições da Agência Nacional de Aviação Civil.
- 2.3.9. O PODER CONCEDENTE, a qualquer tempo e independente de solicitação de anuência da CONCESSIONÁRIA, poderá vetar a majoração ou o desconto das TARIFAS.
- 2.3.9.1. A CONCESSIONÁRIA deverá comprovar que tomou medidas para reestabelecer as TARIFAS dentro de 5 (cinco) dias úteis.

## **2.4. Isenções e Repasses**

- 2.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar as isenções tarifárias vigentes, conforme dispõe a Lei Federal nº 6.009 de 26 de dezembro de 1973.
- 2.4.2. As novas hipóteses de isenção definidas em lei ou demais normas regulamentares estarão sujeitas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 2.4.3. Caberá à CONCESSIONÁRIA o repasse ao Fundo Nacional de Aviação Civil, conforme as previsões legais, especialmente aquelas definidas na Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011.

## **2.5. Compartilhamento de Receitas Tarifárias:**

- 2.5.1. As RECEITAS TARIFÁRIAS arrecadadas pela CONCESSIONÁRIA serão partilhadas com o PODER CONCEDENTE, após descontados os repasses previstos em lei e as isenções vigentes.
- 2.5.2. O compartilhamento se dará, cumulativamente, em faixas nas seguintes proporções, em totais anuais:
  - 2.5.2.1. Faixa I - Até que seja alcançada a ordem de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de RECEITA TARIFÁRIA:
    - a. 100% (cem por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
  - 2.5.2.2. Faixa II – a parcela acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:
    - a. 90% (noventa por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
    - b. 10% (dez por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.
  - 2.5.2.3. Faixa III – a parcela acima de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) até R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

- a. 85% (oitenta e cinco por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
- b. 15% (quinze por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.4. Faixa IV – a parcela acima de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

- a. 70% (setenta por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
- b. 30% (trinta por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.5. Faixa V – a parcela acima de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) até R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

- a. 60% (sessenta por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
- b. 40% (quarenta por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.6. Faixa VI – a parcela acima de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) até R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

- a. 50% (cinquenta por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
- b. 50% (cinquenta por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.7. Faixa VII – a parcela acima de R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) até R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

- a. 40% (quarenta por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;
- b. 60% (sessenta por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.8. Faixa VIII – a parcela acima de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

- a. 30% (trinta por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;

b. 70% (setenta por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.9. Faixa IX – a parcela acima de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) até R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

a. 20% (vinte por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;

b. 80% (oitenta por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.10. Faixa X – a parcela acima de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) até R\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

c. 15% (quinze por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;

d. 85% (oitenta e cinco por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.11. Faixa XI – a parcela acima de R\$13.500.000,00 (doze milhões de reais) de RECEITAS TARIFÁRIAS:

e. 10% (dez por cento) constituirão receitas do PODER CONCEDENTE;

f. 90% (noventa e cinco por cento) constituirão receitas da CONCESSIONÁRIA.

2.5.2.12. Os valores das faixas serão atualizados anualmente conforme variação dos TETOS TARIFÁRIOS, determinada pela ANAC.

2.6. Os valores devidos ao PODER CONCEDENTE, em virtude do compartilhamento das RECEITAS TARIFÁRIAS, serão descontados CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, descrita no item 4.1.5.

2.6.1. Os descontos serão feitos da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA considerando-se o valor devido após a incidência da NOTA DO QID.

### **3. RECEITAS COMERCIAIS**

3.1. Não havendo o comprometimento da operação, manutenção e conservação do sistema aeroportuário, da segurança do público e do cumprimento das demais



obrigações contratuais, a CONCESSIONÁRIA poderá realizar empreendimentos para fins de exploração de RECEITAS COMERCIAIS.

3.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá informar o PODER CONCEDENTE sempre que realizar empreendimentos para fins de exploração de RECEITAS COMERCIAIS.

3.2. Não serão permitidas a exploração de atividades ou a veiculação de publicidade que infrinjam a legislação em vigor, que atentem contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político-partidário.

3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá observar os requisitos constantes do Convênio de Delegação 038/2012, especialmente aqueles constantes da Cláusula 12.6 na celebração de contratos para exploração de RECEITAS COMERCIAIS.

3.4. O empreendimento de negócios para geração de RECEITAS COMERCIAIS é de exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

3.5. O PODER CONCEDENTE não se responsabiliza por perdas ou prejuízos decorrentes da exploração de RECEITAS COMERCIAIS.

3.6. Os contratos de empreendimentos com fins de exploração de RECEITAS COMERCIAIS não poderão ter duração prevista para além do término da CONCESSÃO.

3.7. RECEITAS FINANCEIRAS não são consideradas RECEITAS COMERCIAIS para fins das disposições deste Anexo;

3.8. São exemplos de RECEITAS COMERCIAIS:

3.8.1. Serviços de logística de cargas;

3.8.1. Comercialização de combustíveis;

3.8.2. Exploração comercial de áreas no terminal de passageiros (lojas, quiosques, bancas e outros);

3.8.3. Estacionamento de veículos;

3.8.4. Veiculação de publicidade;

- 3.8.5. Aluguel de hangares;
  - 3.8.6. Arrendamentos ou outras formas de cessão de uso de para instalação de serviços públicos na área patrimonial do aeroporto;
  - 3.8.7. Aluguel de áreas para eventos;
  - 3.8.8. Outros negócios que a CONCESSIONÁRIA identifique viabilidade.
- 3.9. As RECEITAS COMERCIAIS serão partilhadas entre a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE na proporção de 20% (vinte por cento) para o PODER CONCEDENTE e 80% (oitenta por cento) para a CONCESSIONÁRIA.
- 3.9.1. O cálculo da partilha será feito considerando-se o valor bruto total dos contratos realizados com terceiros, inclusive valores pagos em adiantamentos de aluguéis – “luvas”, taxas condominiais etc.
- 3.10. Os valores devidos ao PODER CONCEDENTE, em virtude do compartilhamento das RECEITAS COMERCIAIS, serão descontados da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, conforme item 4.1.5.
- 3.11. A celebração de contratos para exploração de RECEITAS COMERCIAIS, com empresas AFILIADAS, dependerá de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, que averiguará inclusive, se os preços praticados são condizentes com os preços de mercado.
- 3.12. Para o empreendimento de negócios acessórios que demandem investimentos iguais ou maiores que R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá a CONCESSIONÁRIA pleitear regime especial de compartilhamento de RECEITAS COMERCIAIS.
- 3.12.1. O compartilhamento das RECEITAS COMERCIAIS, no regime especial, ocorrerá conforme o item 3.9, a partir do ano em que a receita líquida acumulada do empreendimento superar valor do investimento realizado.
- 3.12.2. O regime especial de compartilhamento levará em conta o fluxo de caixa real do empreendimento, de acordo com as demonstrações financeiras anuais auditadas apresentadas pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.

3.12.3. O valor máximo dos investimentos deverá ser elaborado com base nas tabelas de preços utilizados pelo Departamento de Obras Públicas de Minas Gerais – DEOP e submetidos à aprovação do PODER CONCEDENTE.

#### **4. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA**

4.1.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA é remuneração a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, correspondente ao valor solicitado pela LICITANTE conforme PROPOSTA ECONÔMICA apresentada.

4.1.2. Os pagamentos serão feitos mensalmente, considerando-se para tanto 1/12 (um doze avos) do valor solicitado de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA apresentado na PROPOSTA ECONÔMICA, ponderado em sua totalidade pela NOTA DO QID, conforme ANEXO VII – QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

4.1.2.1. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a ser pago a cada mês poderá ser divergente, para mais ou para menos, de 1/12 (um doze avos) do valor solicitado pela PROPOSTA ECONÔMICA em razão do desempenho mensurado pelos indicadores do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, conforme resultar da aferição feita pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

4.1.3. A CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA a partir do término do PERÍODO DE TRANSIÇÃO, e conseqüente início das operações pela CONCESSIONÁRIA.

4.1.3.1. As CONTRAPRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS somente serão devidas a partir do mês subsequente ao primeiro mês de calendário completo de operação do aeroporto.

4.1.4. O reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA se dará anualmente, a partir da assinatura do contrato, em função da variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, da seguinte forma:

$$CP = CP_0 * \frac{IPCA}{IPCA_0}$$

Na qual:

*CP* é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA reajustada;

*CP<sub>0</sub>* é a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA na data base, constante da PROPOSTA ECONÔMICA;

*IPCA* é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo no segundo mês anterior ao reajuste.

*IPCA<sub>0</sub>* é o Índice de Preços aos Consumidor Amplo no segundo mês anterior à data base.

4.1.5. Da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA serão descontados os valores devidos ao PODER CONCEDENTE em virtude com compartilhamento das RECEITAS TARIFÁRIAS e RECEITAS COMERCIAIS.

4.1.5.1. A cada ano-calendário deverão ser contabilizados os valores devidos ao PODER CONCEDENTE de RECEITAS TARIFÁRIAS e RECEITAS COMERCIAIS para definição dos descontos da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.

4.1.5.2. O valor total dos descontos deverá ser definido até o dia 1º de junho do ano subsequente ao contabilizado.

4.1.5.3. Será descontada sucessivamente da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA mensal 1/12 (um doze avos) do valor total dos descontos ao ano contabilizado, a partir de julho do ano subsequente a junho do próximo ano.

4.1.5.4. O valor total dos descontos da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA referente ao último ano da CONCESSÃO, de forma excepcional, deverá ser pago integralmente até o 5º (quinto) dia útil de julho subsequente.

4.1.5.5. Não haverá reajuste inflacionário do valor total dos descontos da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.

4.1.5.6. Quando não for devida a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, os valores devidos ao PODER CONCEDENTE em virtude do compartilhamento de RECEITAS TARIFÁRIAS e RECEITAS COMERCIAIS, deverão ser pagos pela CONCESSIONÁRIA nos prazos determinados nos itens 4.1.5.1 a 4.1.5.4.

## **5. DO PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA**

**5.1.** As parcelas que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA somente começarão a serem pagas a partir após o término do PERÍODO DE TRANSIÇÃO e da efetiva operação dos EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS pela CONCESSIONÁRIA, observados os padrões técnicos e de eficiência descritos no EDITAL e seus ANEXOS.

**5.1.1.** Para o direito ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, a CONCESSIONÁRIA comprovará ao PODER CONCEDENTE que os EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS encontram-se funcionais, ou seja, aptos à homologação pela ANAC, ou demais autoridades aeronáuticas, quando tal homologação for necessária.

**5.2.** O recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA fica condicionado à apresentação dos comprovantes de recolhimento das Contribuições Sociais e Previdenciárias, tais como FGTS, INSS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e PIS, referentes aos seus respectivos empregados, bem como à apresentação de comprovantes de regularidade com a Dívida Ativa da União e com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal.